



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

## Robert Michels

Renato César Ferreira Fernandes

**Como citar:** FERNANDES, R. C. F. F. Robert Michels. *In*: PASSOS, R. D. F dos; ARECO, S. M. (org.). **Gramsci e seus contemporâneos**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 191-212.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2017.978-85-7983-881-1.p191-212>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# ROBERT MICHELS

*Renato César Ferreira Fernandes*

No presente artigo faremos uma reconstrução da crítica da análise de Antonio Gramsci, realizada no cárcere, à lei férrea da oligarquia de Robert Michels. A presença direta de Michels na obra de Gramsci não é tão destacada como as de Nikholai Bukharin e Benedetto Croce. Mas o debate indireto sobre a relação entre dirigentes e dirigidos, fundamental em toda obra michelsiana e na teoria elitista, é de grande importância na obra do comunista italiano. De todos os temas abordados por Gramsci na crítica a Michels, a polêmica sobre a teoria dos partidos é o mais importante.

Na primeira parte recuperamos as formulações de Michels sobre partidos e sua elaboração sobre a lei férrea da oligarquia. Na segunda parte, discutimos a crítica de Gramsci à teoria dos partidos de Michels.

## **MICHELS E A LEI FÉRREA DA OLIGARQUIA**

A principal formulação de Michels, na sua compreensão sociológica dos partidos, foi a “lei férrea da oligarquia”. Como síntese, poderíamos descrever a lei da seguinte forma:

Quem diz organização, diz *tendência para a oligarquia*. Da natureza da organização faz parte um traço profundamente aristocrático. A mecânica da organização, ao criar uma estrutura sólida, produz também importantes alterações. Inverte a relação entre o chefe e a massa. A organização completa de modo decisivo a cisão de um partido ou de um sindicato em dois grupos: uma minoria que dirige e uma maioria que é dirigida. (2001, p. 54, grifos do autor).

A elaboração da lei está baseada no estudo do partido social-democrata alemão (SPD) e do partido socialista italiano (PSI) (MICHELS, 1926), realizada pelo teórico ítalo-germânico. Seu ponto de partida foi um fenômeno singular: a permanência da classe política ao longo de todas as organizações, reproduzida inclusive por partidos, como o SPD e PSI, que lutavam contra esta classe política. A formulação da lei é a principal conclusão das críticas realizadas por Michels ao longo da primeira década do século XX (MICHELS, 1989). A primeira formulação está no texto “*A democracia e a lei férrea da oligarquia*”, de 1910. Mas foi em sua obra sobre os partidos políticos, *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*, de 1911, que o autor desenvolveu uma sistematização sobre a lei.

Nessa obra, a “lei férrea da oligarquia” é constitutiva das organizações políticas em virtude de diversos fatores (organizativos, administrativos, técnicos, psicológicos e sociais). Na base destes fatores estão três características essenciais da sociedade moderna:

O complexo de tendências que levantam obstáculos à efetivação da *democracia* só dificilmente se deixa deslindar e só com grande pedanteria poderia ser catalogado. (...) Tais tendências assentam (1) na essência da natureza humana, (2) na essência da luta política e (3) na essência da organização. *A democracia conduz à oligarquia*, transforma-se em oligarquia. (MICHELS, 1989, p. 08-09).

Em relação à natureza humana, Michels se apoiou nos argumentos da psicologia da multidão formulada pelo francês Gustave Le Bon (1841-1931). Para o autor ítalo-germânico, existem dois elementos importantes sobre a formação psicológica dos indivíduos a serem considerados pela teoria dos partidos (TUCCARI, 1993, p. 235-236). O primeiro diz respeito à questão da *apatia inerente às massas*. Para Michels, as massas vivem num “estado amorfo” (2001, p. 18), no qual estão desorganizadas política, profissional e ideologicamente. Em seu estado desorganizado, as massas não possuem uma vontade coletiva que possa atuar na luta política, necessitando de dirigentes (MICHELS, 2001, p. 244).

A partir do momento em que aparecem os dirigentes e estes se organizam enquanto tais, o exercício da função de direção faz com que sua própria personalidade seja alterada. Este é o segundo fator psicológico

importante levantado por Michels. Para o autor, o “certo é que o exercício do poder modifica traços essenciais do caráter daquele que o exerce” (MICHELS, 2001, p. 248). A modificação do caráter psicológico faz com que aquele que acreditava poder emancipar a todos de forma igual, no caso dos dirigentes socialistas, ao levar sua prática enquanto direção, no jogo político, tem que adaptar-se às suas leis. A adaptação às leis da luta política significa a perpetuação da necessidade da elite dirigente dos partidos políticos, da divisão entre dirigentes e dirigidos.

Em relação à psicologia de massas, Michels ainda acrescenta o processo de *fidelidade das massas em relação aos dirigentes*. Ao fazerem avançar a luta das massas, os dirigentes obtêm a gratidão das massas, de modo que as massas só se sentem representadas e confiantes através de seus dirigentes. A ação dos partidos políticos tende a formar uma consciência nos indivíduos-massa de que é o dirigente quem age em nome das massas, mesmo quando estas têm que agir e se colocar em luta (MICHELS, 2001, p. 89-91).

Em relação à luta política, atuam mais claramente as leis de diferenciação e transgressão. A “tendência diferenciadora” faz com que cada partido, para conquistar a maioria que necessita para chegar ao poder, precise se diferenciar do(s) outro(s) partido(s), em todas as suas atividades. É neste sentido que Michels insiste que o partido “*significa separação, diferenciação; pars, não totum. Partido implica, pois, delimitação*” (MICHELS, 2001, p. 47, grifos do autor). A vida de um partido é marcada pela *diferenciação* que, na prática cotidiana, lhe permite alcançar seu objetivo. Por outro lado, junto a esta tendência, atua uma contrária: a tendência à transgressão da base partidária ou do máximo numérico, que expressa a necessidade do partido de ganhar o maior número de pessoas possíveis para chegar ao poder. A tendência do máximo numérico faz com que o partido ultrapasse os limites da sua própria base partidária. Mas se ele ultrapassa a sua base partidária (ideologia/classe) ele renuncia à sua própria base (social, ideológica, de elite). Este é um fator importante na explicação michelsiana para a degeneração da socialdemocracia alemã: a aceitação da legalidade *burguesa* pela socialdemocracia alemã (partido do *proletariado*) representou a morte do projeto socialista (MICHELS, 1989,

p. 159)<sup>1</sup>. Para Michels, a tendência do máximo numérico predomina sobre a tendência à diferenciação, pois é somente através da conquista das massas que é possível chegar ao poder.

Além destas tendências, Michels acrescenta a necessidade da centralização e da estabilidade política para a vitória. Para o autor, no exercício da luta política é necessário adaptar-se a um campo de batalha. Para vencer é preciso uma autoridade rígida (hierárquica e severa, de acordo com Michels). Para construir uma direção é preciso também estabilidade, isto é, não se pode modificar os dirigentes a todo momento, pois somente uma direção coesa consegue levar as massas à vitória.

O terceiro campo de fatores que determinam a lei férrea da oligarquia refere-se à organização em si. Para o sociólogo ítalo-germânico, toda organização se baseia na diferenciação interna entre dirigentes e dirigidos, pois é impossível que a maioria possa exercer o poder, já que a atividade política é cada vez mais complexa, necessitando de uma *atividade especializada* por parte dos dirigentes. Esta mudança da atividade política foi analisada por Max Weber, quando o autor discutiu a ação dos políticos a partir dos conceitos de *viver para política* para *viver da política* (WEBER, 2000a, p. 19)<sup>2</sup>. Para Michels, toda atividade dos partidos políticos é marcada pela complexidade progressiva da atividade política. A complexidade da atividade política nas sociedades capitalistas determina internamente a vida partidária a partir da expansão das atividades do partido, fruto da tendência de busca do “máximo numérico” por parte das organizações políticas (MICHELS, 2001, p. 111-112). O desenvolvimento da organização acarreta o aumento das suas atividades, que leva à especialização em comissões específicas para a deliberação das atividades. O crescimento das atividades, para que se tenha eficiência na resolução das mesmas, faz com que o partido aumente o número de políticos profissionais, capazes de decidirem. É através deste processo de complexidade da atividade política

---

<sup>1</sup> No livro de Michels, *Introdução à sociologia política*, o autor expõe sua elaboração destas tendências dos partidos políticos (1969, p. 136). Przeworski em seu livro sobre a socialdemocracia afirma uma compreensão bem próxima de Michels sobre a transgressão da base partidária: “Os líderes de partidos baseados na classe operária devem escolher entre um partido homogêneo em termos de apelo a uma classe, porém condenado à eterna derrota eleitoral, ou um partido que luta pelo sucesso eleitoral às custas de uma diluição de sua orientação de classe” (1991, p. 125).

<sup>2</sup> Weber define o conceito de política desta forma: “Deste modo estabeleceremos como significado de política a aspiração a participar no poder ou a aspiração a influenciar na distribuição do poder entre os diversos Estados ou no interior de um mesmo Estado, entre os diversos grupos de indivíduos que o constituem” (2000a, p. 5-6).

que, para Michels, a organização torna-se um meio de autonomização/separação dos representantes políticos da sua base social.

Levando em consideração a lei férrea da oligarquia, Michels chega à conclusão da impossibilidade da representação dos interesses dos indivíduos e/ou grupos pelos partidos políticos, pois a relação entre dirigentes e dirigidos é sempre uma relação entre dominantes e dominados. Na democracia, ou nos partidos democráticos, esta relação se transveste de representantes e representados. Desta forma, a democracia não passa de uma ilusão de representação ou de um *effet de mirage* (MICHELS, 2001, p. 423).

## OLIGARQUIA E DIVISÃO DE CLASSES NOS PARTIDOS POLÍTICOS

Nos seus escritos carcerários, o partido político tornou-se um tema em Gramsci a partir da discussão dos intelectuais e das notas sobre Maquiavel e o novo príncipe. Na primeira, a discussão centrou-se no papel de construção da hegemonia dos intelectuais a partir do partido; já nas notas sobre Maquiavel, a discussão sobre o partido apareceu na reconstrução do fundamento estratégico, da unidade entre o partido e a formação de um novo Estado. Na maior parte destas notas, Gramsci realizou uma reflexão sobre o partido comunista.

A crítica de Gramsci em relação à concepção de partido político de Michels se concentra em um parágrafo intitulado *Robert Michels, "Les partis politiques et la contrainte sociale"* (Q 2, § 75, p. 230-239)<sup>3</sup>, escrito entre 1929 e maio de 1930<sup>4</sup>. A interpretação deste parágrafo apresenta uma dificuldade em relação a outras notas, já que mais da metade da nota de Gramsci é uma transcrição do texto de Michels. Nesta, o comunista italiano

---

<sup>3</sup> As citações dos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci serão feitas tomando como base a edição crítica a cura de Valentino Gerratana (1975) e da edição brasileira (GRAMSCI, 1999-2002). Serão feitas da seguinte forma: Q. (x), § (y), p. (z), onde x indica o número do Caderno, y indica o número do parágrafo e z o número da página.

<sup>4</sup> Ao todo, Gramsci escreveu quatorze parágrafos com alguma referência a Michels. Dentre estes parágrafos existem sete nos quais há referência à obra de Michels, sendo que alguns só apresentam uma referência ocasional e em outros já há um debate da obra do autor. Os outros sete parágrafos são aqueles nos quais Gramsci só fez referência a algum conceito de Michels – na sua maior parte, ao conceito de chefe carismático. Os parágrafos dos Cadernos do Cárcere, em sua edição crítica, foram divididos em três tipos de textos: A (primeira versão), B (versão única) e C (textos reescritos a partir do A). Dos escritos de Gramsci sobre Michels há apenas um texto A, oito textos B e cinco textos C. A principal nota crítica de Gramsci a Michels que analisaremos é um texto B.

acrescentou, além de reflexões sobre o texto, alguns pontos de exclamação ou interrogação que produzem significação ao texto de Michels. O restante da nota é uma confrontação explícita com a teoria de Michels.

A rubrica da nota é sobre um artigo de Michels publicado em 1º de maio de 1928. A maior parte do artigo trata da reformulação de uma parte de seu curso de sociologia política (MICHELS, 1969), cujas aulas foram ministradas em 1926 e a publicação data de 1927<sup>5</sup>. A parte sobre a qual se refere é “*La naturaleza sociológica de los partidos políticos*” (MICHELS, 1969, p. 125-142). Esta coincidência textual é comum na carreira de Michels. De acordo com o próprio Gramsci, a obra do sociólogo ítalo-germânico era uma reelaboração contínua dos seus próprios textos (GRAMSCI, Q 2, § 75, p. 237).

O primeiro questionamento de Gramsci é a afirmação de que “*O partido, portanto, é apenas uma fração, pars pro toto (?)*” (Q 2, § 75, p. 230), sendo este ponto de interrogação acrescentado pelo autor. Esta relação entre partido como “parte” e não representação do todo foi constante na obra de Michels. Para Gramsci esta afirmação é extremamente complexa, em dois sentidos. O primeiro sentido é a compreensão literal da frase, do partido como parte e não todo. Em determinado sentido, esta afirmação é correta, já que o partido não é formado por toda classe ou grupo que representa, muito menos por toda sociedade. Ao contrário, como diz Gramsci, no início de um trabalho partidário, o partido começa com uma elite precisa e decidida (Q 11, § 12, p. 1387). Inicia o seu trabalho apenas enquanto parte da classe, e não enquanto “toda” a classe. Isto ocorre também no processo de desenvolvimento, no qual o partido ainda tem como característica abarcar apenas uma “fração” do todo.

Na polêmica travada entre Gramsci e Amadeo Bordiga, na década de 1920, esta relação entre parte e todo também apareceu. No documento escrito em conjunto com Palmiro Togliatti para o congresso de Lyon do Partido Comunista Italiano (1926), Gramsci elaborou a crítica a alguns elementos da concepção de Bordiga sobre o partido comunista. A crítica consiste em três aspectos: 1) o partido não é um “órgão” da classe (concepção de Bordiga), mas é parte da classe operária; 2) a função do partido é dirigir

---

<sup>5</sup> Gramsci tinha este livro na prisão.

a classe operária em todos os momentos e não apenas a de elaborar quadros para o momento revolucionário (concepção de Bordiga); 3) as táticas devem aderir à realidade de forma a realizar o contato permanentemente entre o partido e as massas e não, como pensava Bordiga, ter como base das táticas preocupações formalistas<sup>6</sup>. Para Gramsci, a concepção de Bordiga levava o partido político à inatividade e, neste sentido, se aproximava dos desvios de direita no partido, que eram expressos por Angelo Tasca (GRAMSCI, 2004, p. 344-347). A saída para Gramsci era construir o

[...] partido do proletariado como partido de massa, bem como demonstrando a necessidade de que ele adequa sua tática às situações com o objetivo de poder transformá-las, de não perder o contato com as massas e conquistar zonas de influência cada vez maiores. (GRAMSCI, 2004, p. 347).<sup>7</sup>

Voltando à crítica de Gramsci a Michels, ao mesmo tempo em que existiam elementos corretos na concepção do partido enquanto parte, a negação de que a organização *possa vir a ser* o todo era tirar o sentido do partido comunista. Na mesma polêmica contra Bordiga, o comunista italiano escreveu que não é possível dizer que um partido seja uma força definida, acabada: “*A verdade é que, historicamente, um partido é e jamais será definido. E isso porque ele só se definirá quando tiver se tornado toda a população, ou seja, quando tiver desaparecido*” (GRAMSCI, 2004, p. 182). A definição que surge do partido aqui é que *um partido só é partido quando se torna a classe* e, neste sentido, é a classe que delimita os limites da formação do partido. Em relação à burguesia, pode-se dizer que o partido burguês está definido quando a hegemonia da burguesia se torna predominante. Já ao partido do proletariado, “*que se propõe anular a divisão em classes, sua perfeição e seu acabamento consistem em não existir mais, porque já não existem classes e, portanto, suas expressões*” (GRAMSCI, Q 14, § 70, p. 1732-1733).

<sup>6</sup> Neste ponto, Gramsci faz crítica a duas táticas políticas de Bordiga: 1) a adesão ao partido comunista não poderia acontecer somente de forma individual, como defendia o último, mas também acontecer a partir de “fusões” com outros grupos e organizações; 2) adaptar as fórmulas políticas (frente única, governo operário e camponês, etc.) de acordo com as relações de força e não em relação aos princípios formais, como defendia Bordiga.

<sup>7</sup> Nesta concepção de partido de massas e de contato permanente com as massas está contido o desenvolvimento do conceito de hegemonia em Gramsci. Para o debate de Gramsci e Bordiga no cárcere, cf. LIVORSI, 2001. Aprofundaremos este debate na questão do centralismo, mais adiante.

Este estágio, de partido definido, é apenas um momento particular da vida do partido. Quando Gramsci está desenvolvendo a questão da definição do partido, ele parece se atentar para outra pergunta: “*quando um partido se torna historicamente necessário?*”. Aqui, de forma implícita, o autor recupera os critérios de Marx sobre as condições de extinção de uma sociedade<sup>8</sup> para elaborar a sua resposta: “*Quando as condições de seu “triunfo”, de seu inevitável tornar-se Estado estão pelo menos em vias de formação e deixam prever normalmente seus novos desenvolvimentos*” (GRAMSCI, Q 14, § 70, p. 1733).

Para Michels, é impossível o partido tornar-se toda a população: o partido é um instrumento de perpetuação da divisão entre dirigentes e dirigidos. Mas para o comunista italiano, para que o partido se torne a classe é necessário que a organização crie as condições para realizar a hegemonia dos subalternos. E o primeiro passo para isto, de acordo com Gramsci, é a fundação de um novo Estado. O processo de definição do partido comunista, que quer acabar com as classes, tem a ver com o *tornar-se Estado*, com a destruição das condições que sustentam os partidos nas sociedades capitalistas modernas e com a transformação da sociedade civil-política em sociedade regulada (Q 6, § 65, p. 734), isto é, a extinção da sociedade política na sociedade regulada (Q 7, § 33, p. 882) – a separação da sociedade civil e da sociedade política é uma das formas de perpetuação da divisão entre dirigentes e dirigidos.

Este processo só pode se tornar real se o partido tiver uma política para a superação dos interesses particulares e corporativos. A superação destes interesses é, para Gramsci, a luta pela hegemonia, por uma nova forma de Estado, isto é, a luta de classes pelo domínio da sociedade política e sociedade civil. A luta pela hegemonia, travada pelo partido político é a luta pela direção do movimento das classes sociais. Por isso, não faz sentido a ideia de “transgressão” da base social do partido: para ser hegemônico é preciso dirigir as classes aliadas e combater as classes inimigas.

---

<sup>8</sup> “Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir.” (MARX, 1974, p. 136). Sobre a recuperação da vontade humana por Gramsci a partir desta passagem de Marx, cf. Bianchi (2008, p. 136-142).

Nesta luta pela conquista do poder, para Gramsci, é fundamental o tipo de relação que o partido desenvolve com o movimento de massas. Para Michels, como vimos, era impossível uma representação de interesses, já que toda relação dirigente/dirigido era de dominação. O terreno da discussão de Gramsci é outro, pois a representação é justamente a transformação da necessidade em liberdade dos dirigidos, isto é, em *práxis*:

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é a força social; cria-se o “bloco histórico”. (Q 11, § 67, p. 1505-1506).

A representação enquanto *adesão orgânica* é contraposta pelo comunista italiano a relações burocráticas ou formais, nas quais os dirigentes transformam-se em castas, como na Igreja – a forma de organização destes partidos é a do centralismo burocrático (Q 11, § 67, p. 1505). Os dirigentes eclesiásticos compreendem, mas não “sentem” os sentimentos das massas. Para Gramsci, a adesão orgânica representa “*a troca de elementos individuais*”, isto é, a passagem dos “simples” a “intelectuais orgânicos”:

O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais-massas; o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativa e qualitativamente, mas todo progresso para uma nova ‘amplitude’ e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, com a passagem de indivíduos, ou mesmo de grupos mais ou menos importantes, para o estrato dos intelectuais especializados. (Q 11, § 12, p. 1386).

Para Michels existe a possibilidade da passagem de elementos da “massa amorfa” à condição de “dirigentes partidários” ou da “elite proletária”. Mas, de acordo com este autor, esta passagem não pode se estender ao conjunto do proletariado e representa um afastamento da classe de origem - a história do movimento operário internacional comprovaria esta tese michelsiana. Esta foi a base sobre a qual o autor afirmou o partido

como “elitização” de parte do proletariado (MICHELS, 1969, p. 80). Para Gramsci, o afastamento da classe de origem depende inteiramente de uma relação política: o novo dirigente pode ou não elevar mais camadas de sua classe à condição de dirigente? Pode ou não realizar um bloco histórico?

A partir destas considerações, podemos afirmar que para Gramsci a relação entre parte e todo é sempre de desenvolvimento, isto é, o partido *é parte do todo* e se desenvolve da *parte ao todo*. A forma de realização deste processo é o bloco histórico. Para Gramsci, o bloco histórico é “*unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos*” (Q 13, § 10, p. 1569). A relação de representação (adesão orgânica das massas à política do partido) pode colocar a questão da criação de um bloco histórico porque a transformação do *sentir das massas em compreensão ativa* (práxis) é a forma de iniciar a unidade do desenvolvimento entre as forças produtivas, as relações sociais e a superestrutura política.

A partir do bloco histórico é possível reconstruir a unidade entre o programa político e a forma de representação pela mediação do partido. Para o comunista italiano, somente através da combinação entre a reforma intelectual e moral e a reforma econômica, isto é, o programa de mudança da sociedade, é que o partido político pode lutar pela hegemonia de uma classe. Lutar pela implementação do programa comunista é a forma de tornar-se Estado, construindo a hegemonia dos trabalhadores.

Seguimos com a nota de Gramsci sobre Michels. A próxima crítica refere-se à tipologia dos partidos políticos de Michels (após diversas passagens em que o autor critica a concepção de carisma e também da história dos partidos). Michels classificava em três categorias centrais: a primeira categoria é dos partidos no qual havia o predomínio de um dirigente, chamados de partidos clientelistas (MICHELS, 1969, p. 126). A segunda categoria era dos partidos que predominam os interesses de classe econômicos e sociais (MICHELS, 1969, p. 129). A terceira era a dos partidos doutrinários, *Weltanschauung* (MICHELS, 1969). A estes tipos “puros” de partido, em sentido weberiano, Michels acrescentou as categorias específicas de partidos confessionais e dos partidos nacionalistas (MICHELS, 1969, p. 130).

Para Gramsci, essa classificação dos partidos de Michels é superficial e genérica. O comunista italiano afirma que o “partido de homens fortes” é entendido por Michels enquanto “partido carismático”<sup>9</sup>. A crítica a esta categoria é bastante dura, pois, para Gramsci, estes partidos nunca existiram, já que um partido político moderno não vive apenas da relação entre um dirigente e milhares de dirigidos. Mesmo no partido fascista, no qual o carisma de Mussolini era um importante fator de coesão partidária, outras estruturas eram fundamentais, como as organizações por bairros, os secretários federais, as organizações de juventude, etc. (GENTILE, 2005, p. 171-201).

Em relação a esta tipologia partidária, a crítica de Gramsci delineia que a classificação de Michels é puramente descritiva, pois não há uma metodologia inscrita na análise: o sociólogo ítalo-germânico estabelece uma classificação por características empíricas sem aprofundar teoricamente a importância de cada uma na definição conceitual. Por isso, a tipologia do autor ítalo-germânico é considerada muito esquemática e pouco eficaz, já que as categorias não explicam nenhum partido concreto. O comunista italiano enfatiza que toda a teorização de Michels sobre a tipologia partidária era vazia e imprecisa. Para Gramsci, a metodologia de Michels tentou adaptar os fatos reais ao tipo sociológico, e isto não passou de “escolástica”. Segundo Malandrino, a classificação desenvolvida por Michels neste texto é contrária à riqueza analítica presente na *Sociologia dos Partidos Políticos*, na qual não havia nenhuma classificação sistemática dos partidos (MALANDRINO, 2010, p. 6). Para Malandrino, a classificação de Michels tinha como propósito contrapor a elite carismática e o partido carismático a outras formas de partido e elites surgidas na democracia (MALANDRINO, 2010, p. 7).

Após a crítica à tipologia, Gramsci desenvolve uma crítica à lei férrea das oligarquias. A primeira vez que a crítica à lei aparece é seguida por uma passagem de Michels que explica a prisão que os operários criam ao aceitarem os seus próprios chefes. Esta prisão, necessária para Michels, leva a perpetuação da dominação dos dirigentes sobre os dirigidos. Esta dominação se dá através da “*superioridade técnica e intelectual, e na*

---

<sup>9</sup> Apesar de designar como “partido clientelista”, em alguns momentos, ao explicar esse tipo de partido, Michels utiliza “carismático” como sinônimo de “clientelista” (MICHELS, 1969, p. 126).

*impossibilidade de seus mandantes exercerem um controle eficaz*” (MICHELIS, 1969, p. 132, tradução nossa). O próprio Michels coloca que a presença de intelectuais no partido exerce uma pressão que reforça a dominação dos dirigentes sobre os dirigidos (GRAMSCI, Q 2, § 75, p. 236).

Michels discute então a complexidade da atividade política e afirma que é flagrante a “*contradição que existe, nos partidos políticos maduros, entre as declarações e intenções democráticas, por um lado, e a concreta realidade oligárquica, por outro*” (MICHELIS, 1969, p. 132, tradução nossa).

Gramsci transcreveu a passagem de Michels e esboçou uma resposta:

[...] entretanto, é necessário observar que uma coisa é a democracia de partido e outra a democracia no Estado: para conquistar a democracia no Estado pode ser necessário – ou melhor, é quase sempre necessário – um partido fortemente centralizado; e mais ainda: as questões relacionadas com democracia e oligarquia têm um significado preciso, que é dado pela diferença de classe entre líderes e seguidores: a questão torna-se política, ou seja, adquire um valor real e não mais apenas de esquematismo sociológico, quando na organização existe divisão de classe: isso ocorreu nos sindicatos e nos partidos social-democratas. Se não existe diferença de classe, a questão torna-se puramente técnica – a orquestra não crê que o regente seja um patrão oligárquico –, de divisão do trabalho e de educação, isto é, a centralização deve levar em conta que nos partidos populares a educação e o ‘aprendizado’ político se verificam em grande parte através da participação ativa dos seguidores na vida intelectual – discussões – e organizativa dos partidos. A solução do problema, que se complica exatamente pelo fato de que nos partidos avançados os intelectuais têm uma grande função, pode ser encontrada na formação de um estrato médio o mais numeroso possível entre os chefes e as massas, que sirva de equilíbrio para impedir os chefes de se desviarem nos momentos de crise radical e para elevar sempre mais a massa. (Q 2, § 75, p. 236-237).

Nesta crítica de Gramsci à lei férrea da oligarquia de Michels, existem três importantes formulações teóricas sobre os partidos políticos que devem ser abordadas de forma separadas, para que os nexos da crítica apareçam da forma mais explícita. A primeira formulação trata da diferença entre o regime de organização e a política do partido. Para Michels, somente de forma conjuntural e episódica poderia um partido oligárquico influir

democraticamente na vida do Estado (MICHELS, 2001, p. 393). Para Gramsci, esta não é uma relação necessária: um partido centralizado, mas com um programa democrático, pode cumprir a função de democratização do Estado. Para o comunista italiano, um partido de combate não só pode como deve ser centralizado, pois esta, muitas vezes, é a única via para a democratização do Estado.

Ao contrário de Michels, que considera que a contradição está entre a democracia do partido e as estruturas políticas oligárquicas, Gramsci considera que a contradição está nas forças antagônicas que constroem cada partido e no projeto de Estado que defendem.

É a partir desta consideração que podemos discutir a segunda formulação crítica de Gramsci: a diferença entre democracia e oligarquia é uma diferença de classe e somente neste sentido esta disparidade adquire um valor real, político. Para Gramsci, a classe burguesa só consegue manter o seu domínio subordinando a prática política das outras classes à sua própria concepção de mundo, isto é, estabelecendo um “conformismo” que adapte as práticas de classe à sua direção e dominação (Q 8, § 2, p. 937)<sup>10</sup>. O domínio da burguesia impõe as suas “necessidades” a outras classes subalternas. Dessa forma, entre a classe burguesa e as outras classes subalternas não há relação orgânica de representação, já que a burguesia não pode transformar em “liberdade” as “necessidades” das classes subalternas, pois isso iria contra o seu próprio domínio. De acordo com Gramsci, somente os intelectuais próprios das classes subalternas podem estabelecer uma relação democrática e orgânica com as mesmas. E na sociedade capitalista moderna, a única forma que os subalternos têm para desenvolver sua própria camada dirigente é através do partido político (GRAMSCI, Q 12, § 1, p. 1522).

No parágrafo que estamos discutindo, Gramsci coloca que a divisão de classes existiu nos “*sindicatos e partidos socialdemocratas*” (Q 2, § 1, p. 236). O problema, para Gramsci, da divisão de classes é que a partir do momento em que o partido não realiza a “educação” da massa através da “participação ativa” dos dirigidos na discussão político-partidária,

---

<sup>10</sup> A subordinação do SPD e dos partidos socialdemocratas no início do século XX à legalidade burguesa é um exemplo disto.

a organização reproduz a separação de classes entre os dirigentes e dirigidos, já que fecha a possibilidade de que os dirigidos se transformem em dirigentes. Foi esta separação, por exemplo, que Gramsci criticou no partido comunista italiano, em suas cartas de 1923 sobre a formação de um novo grupo dirigente. Gramsci se opôs, nessa ocasião, ao fato de que para o Partido Comunista da Itália (PCI), qualquer “*participação das massas na atividade e na vida interna do Partido que não fosse a que tem lugar em grandes ocasiões e em decorrência de uma ordem formal do centro dirigente era vista como um perigo para a unidade e para o centralismo*” (2004, p. 181-182). Portanto, para a definição de classe do organismo partidário, não é somente necessário analisar a sua composição social, mas a relação entre o partido e as classes sociais e isto serve também para a definição de classe dos dirigentes do partido. Este critério de definição de classe é o mesmo que Gramsci utilizou para a definição dos intelectuais: a determinação de classe dos intelectuais não deve ser procurada em sua atividade intrínseca e individual, mas nas relações que a atividade intelectual-organizativa mantém no conjunto das relações sociais (GRAMSCI, Q 12, § 1, p. 1516).

Portanto, para Gramsci, a análise de Michels sobre os dirigentes enquanto “pequeno-burgueses” (MICHELS, 2001, p. 305), que fica presa a uma concepção da função individual, é errônea. A análise de classe de um partido deve ter como objeto a relação política que a organização estabelece com a classe social a qual representa. Para Gramsci, a pergunta fundamental a responder sobre os dirigente é se estes procuram perpetuar a divisão entre dirigentes e dirigidos (interesse dos dominantes) ou acabar com a mesma (interesse dos subalternos)? (Q 15, § 4, p. 1752). É a partir deste prisma que o problema da oligarquia nos partidos políticos adquire um valor real, político. Um partido subalterno que se oligarquiza é um partido no qual os interesses da classe dominante prevalecem sobre os interesses dos subalternos na organização. Esta oligarquização se dá, principalmente, porque os dirigentes realizam uma política que favorece outra classe social, isto é, se transformam em intelectuais orgânicos de outra classe social. Neste sentido, o processo de oligarquização é a efetivação do transformismo.

O transformismo é um conceito que Gramsci desenvolveu a partir da análise do *Risorgimento*<sup>11</sup>. O conceito está presente desde o primeiro caderno e, sobretudo, nas notas históricas. Em um parágrafo escrito entre dezembro de 1929 e fevereiro de 1930, do caderno 1, que foi reescrito no caderno 19, entre fevereiro de 1934 e fevereiro de 1935, Gramsci questionou a relação entre os dirigentes e as classes instrumentais: que interesses os dirigentes políticos, na sua ação política, expressam? Das classes subalternas ou dirigentes? (Q 19, § 26, p. 2041).

Para Gramsci, os moderados, que dirigiram a unificação italiana, impuseram ao Partido da Ação uma atitude “paternalista”, não permitindo que este partido conseguisse, a não ser de forma muito limitada, realizar a unidade entre as classes subalternas e o Estado (Q 1, § 43, p. 38). Esta falta de unidade entre o setor dirigente e as classes subalternas levou ao fenômeno do transformismo dos dirigentes subalternos: “*O chamado ‘transformismo’ é tão somente a expressão parlamentar do fato de que o Partido da Ação é incorporado molecularmente pelos moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado.*” (Q 19, § 26, p. 2041).

A atitude dos dirigentes partidários em relação às massas é fundamental para Gramsci. É ela a chave da resposta para o problema da oligarquia: somente superando a relação paternalista dos dirigentes é que se poderá incorporar o conjunto das massas no Estado, isto é, realizar a hegemonia, definir o partido. Superar a política paternalista, inorgânica, é incorporar ativamente o amplo conjunto das massas populares no Estado. A política contrária a esta incorporação é a que resultou no fenômeno histórico do transformismo, processo que Gramsci concebeu sob a ótica da revolução passiva (Q 10[I], §13, p. 1238).

O transformismo ocorreu, historicamente, de duas formas: o transformismo molecular, no qual alguns indivíduos se incorporam à classe dirigente, e o transformismo “grupal”, no qual partidos e setores partidários se incorporam ao setor dirigente. O predomínio de uma forma sobre a outra depende das condições históricas (Q 8, § 36, p. 962-964).

---

<sup>11</sup> Ao todo existem 13 referências ao transformismo nos Cadernos do Cárcere: Q 1, § 43 e § 44; Q 2, § 29; Q 3, § 119 e §137; Q 8, § 5 e § 36; Q 10 [I], § 13; Q 10 [II], § 14 e § 22; Q 15, § 11; Q 24, § 19 e § 26.

No Caderno 10, o comunista italiano se refere ao transformismo efetivado por Croce, como um “reformismo pelo alto” (Q 10 [II], §22, p. 1261). Já no Caderno 19, numa nota em que Gramsci discute o problema da direção política no *Risorgimento* italiano, ele elaborou o conceito de transformismo a partir da compreensão da hegemonia entre os moderados e o partido da ação: o transformismo é uma absorção contínua dos elementos ativos dos grupos aliados e dos grupos inimigos na ordem defendida pelo grupo dominante. O transformismo é aceitação das “regras do jogo” pelos inimigos da ordem dominante. Esta adaptação à ordem só é possível, no caso italiano, porque os moderados conformavam um grupo político, com um programa e com intelectuais, bem constituído, enquanto o Partido da Ação não tinha um programa de governo e foi, constantemente, influenciado pelo programa dos moderados (Q 19, § 24, p. 2010-2014).

Em outro parágrafo, escrito entre agosto e setembro de 1930, Gramsci escreveu: “*Eficácia alcançada pelo movimento operário socialista para formação de importantes setores para a classe dominante*” (Q 3, § 137, p. 396). Para o comunista italiano, esta formação de quadros burgueses pelos socialistas italianos se explicava por diversos motivos, como a baixa aderência das classes altas à vida do povo e a crise das gerações mais jovens, que fez com que os jovens se aproximassem de movimentos populares. Estes foram fenômenos transformistas de acordo com ele.

No mesmo período, entre agosto e setembro de 1930, Gramsci escreveu uma rubrica chamada *Passado e Presente. Agitação e propaganda*. Para ele, os partidos políticos italianos sempre sofreram de um desequilíbrio entre agitação e propaganda, tática e estratégia, etc. A causa disto seria, num primeiro momento, econômica: a debilidade das classes dominantes italianas e a “gelatinosa” estrutura econômica do país. Mas, para uma perspectiva não economicista é preciso afirmar que:

[...] embora seja verdade que os partidos são apenas a nomenclatura das classes, também é verdade que os partidos não são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, mas reagem energeticamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las. (Q 3, § 119, p. 387).

Os partidos políticos operacionalizam uma dupla identidade: por um lado são a nomenclatura de uma classe, enquanto parte desta, isto é, são a forma como esta classe se apresenta na luta política; por outro, são a forma de desenvolver, consolidar e universalizar a política de uma classe social, parte da transformação da classe no todo. Os partidos apresentam-se enquanto nomenclatura da classe, pois “*as classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política*” (Q 3, § 119, p. 387).

O Estado italiano surgido no *Risorgimento* era um Estado que não somente estava separado das massas, mas que era sujeito ativo na separação dos dirigentes dos partidos políticos das massas. Nesta passagem, a análise de Gramsci sobre o parlamentarismo como um fenômeno do transformismo é importante: aqui há uma coincidência com a crítica de Michels à socialdemocracia. O parlamentarismo italiano serviu enquanto mecanismo de autonomização dos partidos em relação às classes representadas. Neste parlamentarismo, a burocracia se alienava do país e tornava-se o “*pior dos partidos políticos (...) o partido estatal-bonapartista*” (Q 3, § 119, p. 388). Não é à toa que o término da nota faz referência ao estudo análogo de Weber sobre o parlamentarismo na Alemanha (WEBER, 1974). Apesar da coincidência com Michels em relação ao parlamentarismo como fenômeno de autonomização dos partidos políticos, há uma grande diferença na elaboração da análise dos autores: Michels generaliza este fenômeno como lei geral da política; Gramsci chega a este fenômeno a partir da análise histórica, da gênese da separação entre intelectuais e povo na história italiana. Foi devido à formação do Estado italiano que o parlamentarismo jogou um papel regressivo na hegemonia da classe burguesa. O cenário em que se produz o transformismo é o da falta de desenvolvimento teórico do partido socialista, da falta de formação de novos quadros dirigentes e que, em lugar de grandes livros e revistas, o partido opera com jornais e panfletos – o que caracteriza, na opinião de Gramsci, a preocupação somente com uma pequena política (Q 3, § 119, p. 388).

A amplitude de situações históricas discutidas por Gramsci em relação ao transformismo nos parece indicar que este conceito pode servir para a compreensão da ruptura empreendida entre os dirigentes socialdemocratas e as massas trabalhadoras. As causas são variadas, mas

poderíamos pegar duas das principais tendências que operaram nestes partidos e que Michels também analisou: a adaptação dos partidos socialdemocratas ao regime parlamentar burguês e a não elevação de estratos da classe à condição de dirigentes dos subalternos. A adaptação faz com que só seja possível a guerra de posição e as reformas pelo alto do regime capitalista, ainda mais em países como a Itália ou a Alemanha, em que o parlamento não cumpriu um elo entre as classes subalternas e as classes dominantes. Por outro lado, a não elevação dos subalternos é uma condição da manutenção da subalternidade, já que os partidos socialdemocratas não passam a lutar pelo fim da divisão entre governantes e governados, mas apenas por uma troca, no poder, entre os setores dirigentes da sociedade burguesa.

A divisão de classes no partido é para Gramsci uma divisão política, isto é, é um problema da formação de hegemonia. Já num partido que constrói a hegemonia de uma classe, a divisão entre dirigentes e dirigidos é técnica e a querela da divisão de classes nestes casos é “*esquematismo sociológico*”. A consideração da questão como técnica não quer dizer que o comunista italiano retirasse o problema do âmbito da política. A questão era técnica porque a política de construção da hegemonia dos subalternos lhe permitiria que fosse desta forma: sem esta política, a divisão tornar-se-ia de classe.

A última parte da crítica de Gramsci a Michels, no § 75 do Q 2, abre o debate sobre a estruturação interna do partido. Discussão esta que Michels só faz no âmbito geral, através da lei de oligarquização e em poucas referências às estruturas partidárias. A estrutura interna do partido, para Gramsci, se relaciona diretamente com o combate ao processo de oligarquização.

Para o autor italiano, a existência de um partido é determinada pela confluência de três elementos fundamentais: base, direção e militantes intermediários. Gramsci classifica cada um destes elementos como “grupos”. A base partidária é definida como um setor “*difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo*” (Q 14, § 70, p. 1733). Para Gramsci, sem este elemento o partido não existiria, mas o partido não pode existir somente com este setor, pois a efetividade da ação destes militantes

só acontece quando exista “*quem os centraliza, organiza e disciplina*” (Q 14, § 70, p. 1733). A condição de “militante de base” é uma condição transitória, já que eles podem se transformar em elementos intermediários e de direção do partido.

O segundo elemento necessário ao partido é justamente a “força de coesão” principal, que o comunista italiano chama de Estado-maior do partido, “*que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais*” (Q 14, § 70, p. 1733). Este elemento é dotado de força altamente centralizadora e inventiva. Assim como a base partidária, não é possível formar um partido somente com uma direção, mas é muito mais fácil formar um partido a partir de uma direção consolidada do que a partir de “militantes de base”.

A forma de organização que dá coesão a relação entre base e a direção, para Gramsci, é o centralismo organizativo. O centralismo foi abordado, nos Cadernos, em nove parágrafos<sup>12</sup>. A maior parte dos parágrafos sobre o centralismo discute o problema do centralismo orgânico. Este é um debate importante também com Michels, pois para este era impossível a compatibilidade entre centralismo e democracia.

A principal distinção realizada por Gramsci é entre centralismo orgânico e centralismo democrático. Para Gramsci, os defensores do centralismo orgânico, conceito utilizado por Bordiga<sup>13</sup>, acreditam “*poder fabricar um organismo de uma vez por todas, já perfeito objetivamente*” (GRAMSCI, Q 3, § 56, p. 337). Desta forma, a organização não precisa de militantes ativos, mas de pessoas disciplinadas com a política “verdadeira” da direção (GRAMSCI, Q 15, § 13, p. 1771).

Em oposição a esta concepção, Gramsci defendeu o centralismo democrático, que é uma forma de centralização em movimento, na qual

<sup>12</sup> Os parágrafos em que Gramsci discute o centralismo são: Q 1, § 49; Q 3, § 56; Q 4, § 33; Q 6, § 128; Q 9, § 68; Q 13, § 36; Q 13, § 38; Q 14, § 48; Q 15, § 13.

<sup>13</sup> A fórmula do centralismo orgânico tem origem em Bordiga, num ensaio de 1922, *Il principio democratico*: “propomo-nos a dizer que o partido comunista funda a sua organização sobre o ‘centralismo orgânico’. Embora preservando o máximo do mecanismo democrático que possa nos servir, eliminaremos o uso de um termo caro aos piores demagogos e cheio de ironia para todos os explorados, os oprimidos e os enganados, que é aquele da ‘democracia’, que é para uso exclusivo dos burgueses e defensores do liberalismo em disfarces diversos e às vezes com posições extremistas” (BORDIGA apud LIVORSI, 2001, p. 69, tradução nossa). É possível afirmar que todo o combate ao centralismo orgânico é um combate à concepção partidária de Bordiga.

a verdade/política é produto do movimento, da interação entre partido e classe (GRAMSCI, Q 13, § 36, p. 1634). Por isso, a participação ativa dos militantes de base na discussão partidária é fundamental para que o programa possa ser elaborado. Sem esta participação, o partido não consegue acompanhar o movimento real da classe que representa.

É pensando nesta relação que Gramsci ressalta a existência de um grupo intermediário de homens no partido, que realiza a soldadura necessária entre a direção e a base. Este grupo cumpre um papel importante para Gramsci, já que é através dele que se torna possível atingir um equilíbrio que possa “*impedir os chefes de se desviarem nos momentos de crise radical e para elevar sempre mais a massa*” (Q 2, § 75, p. 237).

Em relação a estes quadros intermediários é preciso considerar duas afirmações de Gramsci: a) a unificação entre a base e a direção se dá através da discussão política (GRAMSCI, Q 14, § 70, p. 1734); b) pode ocorrer um descompasso entre direção e base no desenvolvimento das atividades políticas. Como correção deste descompasso, esteja o problema nos dirigentes ou nos dirigidos, o corpo intermediário é fundamental para remediar esta desigualdade temporal na política partidária.

Este estrato intermediário não foi levado em conta por Michels. A discussão sempre se deu entre dirigentes e dirigidos de forma direta, não havendo nenhum grupo intermediário<sup>14</sup>. Esta ampliação, no caso dos partidos políticos, entre dirigentes e dirigidos é própria da progressiva complexidade da atividade política, de modo que a ampliação dos aparelhos estatais gerou um conjunto de camadas intermediárias que realizam a unidade entre a direção e a base. O setor intermediário, na concepção do centralismo democrático de Gramsci, é um elemento fundamental para a elevação da classe à condição de dirigente.

Existe uma relação entre o tipo de centralismo e a forma do recrutamento para a organização política. Para Gramsci, o partido é parte da classe, mas tem fronteiras claras com a classe. Por isso, a concordância com o programa e a organização em uma célula partidária são fundamentais para o partido comunista. Para ele é preciso combater o recrutamento

---

<sup>14</sup> Michels discutiu a questão dos dirigentes intermediários, principalmente no embate entre os novos dirigentes e os velhos dirigentes (MICHELS, 2001, p. 238-240). Mas Michels localiza ora os dirigentes intermediários na categoria de elite política, ora na de burocracia.

do tipo trabalhista<sup>15</sup>, já que este não serve para a formação do partido enquanto intelectual coletivo.

## CONCLUSÕES

O campo teórico, assim como a economia e a política, é um espaço de luta. Neste sentido, a crítica que reconstruímos neste artigo se inscreve neste campo, de modo que compreender o processo de degeneração dos partidos é fundamental para a compreensão histórica destes mesmos partidos. É muito comum na análise dos partidos políticos a recuperação das teses de Robert Michels. Isso se deve à recorrência da contradição entre a defesa do socialismo e a realidade oligárquica dos partidos socialistas e comunistas durante todo o século XX.

No campo do marxismo é muito comum falar de teoria da organização política ou do partido comunista. O que poucos exploraram foi que a teoria da organização também pode explicar a oligarquização ou a degeneração dos partidos políticos. É com esta chave que procuramos ler a crítica gramsciana: não para encontramos uma fórmula pronta, mas para apontar eixos analíticos e estratégicos da teoria do partido comunista.

Identificar as relações entre partido e classe, entre os diferentes estratos do partido, tratar da questão do centralismo e da problemática dos intelectuais nos parece fundamental para explicar por que um partido degenera. E discutir estas relações sobre o signo do transformismo, parecer-nos a melhor forma de desnaturalizar este processo de oligarquização explicado por Michels. A crítica de Gramsci não é absoluta, a ponto de descartarmos a contribuição de Michels, mas ela abre caminhos para uma nova prática teórica e política no campo da organização partidária.

## REFERÊNCIAS

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.

GENTILE, Emilio. *La vía italiana al totalitarismo: partido y estado en el régimen fascista*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

---

<sup>15</sup> O recrutamento de forma trabalhista tratava-se de um funcionamento que, para integrar o partido, bastava ser filiado a um sindicato, como acontece no Partido Trabalhista Inglês.

- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Turim, Einaudi: 1975. 4 v.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1999-2002. 6 v.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2004. 2v.
- LIVORSI, Franco. Il partito di classe tra settarismo e scienza politica. In.: MASTELLONE, Salvo; SOLA, Giorgio (org.). *Gramsci: il partito politico nei Quaderni*. Firenze: Toscano, 2001, p. 51-79.
- MALANDRINO, Corrado. Il pensiero di Roberto Michels sull'oligarchia, la classe politica e il capo carismatico. Dal Corso di sociologia politica (1927) ai Nuovi studi sulla classe politica (1936). *POLIS - Political Theory Series*, Alessandria, n. 165, p.1-18, May, 2010.
- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In.: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 107-263.
- MICHELS, Robert. *Introducción a la sociologia politica*. Buenos Aires: Paidós, 1969.
- MICHELS, Robert. *Por uma sociologia dos partidos políticos*. Lisboa: Antígona, 2001.
- MICHELS, Robert. *Potere e Oligarchie*. Milão: 1989.
- MICHELS, Robert. *Socialismo e Fascismo (1925-1934)*. Milão: Giuffrè, 1991.
- MICHELS, Robert. *Storia critica del movimento socialista italiano : dagli inizi fino al 1911*. Firenze: Voce, 1926.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.
- TUCCARI, Francesco. *I dilemmi della democrazia moderna*. Bari: Laterza, 1993.
- WEBER, Max. *Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída*. São Paulo: Abril Cultura, 1974. (Os pensadores).
- WEBER, Max. *Politica y ciencia*. Buenos Aires: El Aleph, 2000a.